

22 DE MARÇO - DIA MUNDIAL DA ÁGUA

ÁGUA PARA TODOS É DIREITO!

Nesta data, reafirmamos nossa luta diária contra a privatização, porque um bem de todos, não pode virar lucro de alguns. É nosso presente para humanidade.



O Maranhão e boa parte dos estados do Norte e Nordeste não apresentam bons índices quando o assunto é saneamento. No nosso Estado, por exemplo, o abastecimento de água atende apenas 78,47% da área urbana. O serviço de esgotamento sanitário atende apenas 18,15% da área urbana. Na totalidade, não chega a 12%.

As perdas de faturamento no país são de 37,56%, índice que chega a 60% em alguns estados e municípios das regiões norte e nordeste. As perdas na distribuição também são grandes. Nacionalmente, a perda média é de 40,25%, mas nos estados do Norte e Nordeste esse índice também é maior. No Maranhão, por exemplo, chega a 59,18%. O baixo nível de hidrometração é uma das principais causas.*

Esses dados preocupam mais ainda quando a gente se lembra que cada um real gasto em saneamento básico significa uma economia de quatro reais em gastos com saúde, ou seja, água é fator indispensável à saúde, ao bem-estar e à vida da população, por isso os serviços precisam ser ampliados e melhorados sim.

A verdade precisa ser dita e a realidade precisa ser enfrentada, mas não vamos cair na lorota de que privatização é a solução. Nesse Dia Mundial da Água, quem realmente constrói e defende o setor de saneamento deve espalhar informação verdadeira. Vamos lá.

Universalização, compromisso de quem?

O atual marco regulatório exige que, até 2033, todos os municípios alcancem a universalização do abastecimento de água, com 99% de atendimento. A água é um bem indispensável à vida, portanto um direito de todos, sendo assim, universalizar esse serviço, fazendo com que ele chegue a todas as pessoas, é mais que meta, é sonho e compromisso dos trabalhadores/as do saneamento.

Ocorre que não alcançaremos a universalização com todas as contradições contidas no tal marco regulatório. A mesma Lei que estipula meta para universalização inviabiliza as empresas públicas e de economia

mista, principalmente as companhias estaduais, claramente incentivando a privatização.

Ora, nos últimos vinte anos, os serviços públicos de saneamento, especialmente as empresas estaduais, foram responsáveis por 79% dos investimentos no setor. São as empresas públicas que levam água para todos sem distinção e sem visar lucro, as áreas que arrecadam mais ajudam a garantir os serviços para as áreas que arrecadam menos, onde se concentram as populações em situação de maior vulnerabilidade.

A experiência de privatização dos serviços de água e esgoto tem se revelado uma catástrofe no mundo todo. Não é à toa que, entre os anos 2000 e 2020, 312 cidades em 36 países que haviam privatizado os serviços de água e esgoto, voltaram atrás e reestatizaram o setor, após queda na qualidade dos serviços e aumento substancial das tarifas, com prática de preços abusivos. Dentre elas, estão cidades como Paris (França), Berlim (Alemanha) e Buenos Aires (Argentina).



No Brasil, os exemplos mais emblemáticos são Manaus, no Amazonas, e Tocantins. A cidade de Manaus, depois de 20 anos de serviços privatizados, está entre as dez piores em coleta de esgoto. Os servi-

ços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, em 2020, foram responsáveis por 91% das reclamações registradas em órgãos do consumidor.

Enquanto isso, a empresa privada que comprou os serviços apresentou crescimento de 51% na receita líquida em 2019, atingindo R\$ 518,3 milhões, no 1º trimestre.

No estado do Tocantins, a Saneatins, privatizada em 1998, prestava então serviços em todos os municípios do Estado (125). Em 2010, passou a operar apenas os 47 maiores municípios, devolvendo ao Estado 78 municípios. Assim, desde 2013, a Agência Tocantinense de Saneamento (ATS), autarquia estadual opera os serviços desses 78 municípios com muitas dificuldades, uma vez que a empresa privada ficou com a parte lucrativa dos municípios. O resultado prático está no levantamento do IBGE, que aponta que 70% dos tocantinenses ainda vivem sem serviços de saneamento básico.

No geral, as experiências comprovam que, com a privatização, os serviços ficam mais caros, mas não melhoram. O poder público entrega toda a estrutura e o conhecimento que construiu e acumulou, a empresa privada lucra e a população é penalizada, uma vez que a tarifa social pode desaparecer, não há compromisso de abastecer as comunidades mais vulneráveis, as questões ambientais não são sequer levadas em conta. Em síntese, um serviço essencial à vida, vira simples mercadoria. Segundo estudo da Assemae, em 2019, os cinco municípios que possuíam as tarifas de água mais caras do Brasil eram atendidos por empresas privadas.

A Solução está no serviço público

Documento elaborado pela Corporate Accountability e Participação Pública África (CAPP), expõe as crescentes ameaças de privatização e o cerco de corporações multinacionais no continente africano e afirma que os sistemas hídricos em todo o mundo precisam de investimentos robustos, mas a saída não está na privatização porque a pesquisa realizada mostra que a força motriz por trás do investimento em infraestrutura hídrica nas últimas décadas tem sido o financiamento público.

Na verdade, as empresas privadas “em vez de trazer dinheiro novo, competem com os operadores públicos pelo financiamento público. O operador privado não investe em infraestrutura, pelo contrário, deixa de fazer manutenção e não faz projetos de ampliação de redes”. Segundo matéria do Observatório Ondas, o relatório deixa evidente a grande trapaça das multinacionais do setor, que disputam a água dos países mais pobres para dominar este recurso estratégico quando o mundo enfrenta a crise climática e hídrica. **

Só um serviço público de saneamento eficaz pode universalizar os serviços e resolver os problemas exis-

tentes, no entanto, é necessário que os gestores públicos tratem isso com seriedade e responsabilidade. No Maranhão, por exemplo, o governador nunca regulamentou a Lei 239/2021, que instituiu as microrregiões de saneamento básico, e sequer estabeleceu claramente quem faz a gestão da política de saneamento estadual, assim como jamais quis enfrentar os problemas estruturais que assolam a Caema e comprometem seus serviços.

Mas, apesar de todos os problemas, os trabalhadores e trabalhadoras do saneamento não têm qualquer dúvida da importância do serviço prestado pela Caema e pelos SAAEs, assim como tem certeza que qualquer solução passa pelas empresas públicas com participação efetiva de quem conhece e faz saneamento no Maranhão - os trabalhadores.

Nesse Dia Mundial da Água e em todos os dias do ano, nossa luta é em defesa dos serviços públicos de saneamento, porque Água é um direito de todos, não pode virar lucro de alguns. Por isso, convidamos todos e todas para se mobilizar pela aprovação da PEC 6 /2021, que inclui no texto constitucional, o acesso a água potável como um direito fundamental. A PEC já foi aprovada no Senado e iniciou sua tramitação na Câmara dos Deputados.



*Dados: SNIS 2021

**Saiba mais em: Africa Must Rise and Resist Water Privatisation: <https://bit.ly/3bLWszZ>